



REPRESENTAÇÕES DO PORTAL G1 SOBRE A QUESTÃO NUCLEAR NA COREIA DO NORTE (2013-2017)

REPRESENTATIONS OF THE G1 PORTAL ON THE NUCLEAR ISSUE IN NORTH KOREA (2013-2017)

João Victor dos Santos¹

Resumo

O trabalho se propõe em observar quais representações o portal G1 fez sobre a questão nuclear da Coreia do Norte em matérias selecionadas no período entre 2013 e 2017, buscando responder às seguintes perguntas: Como se caracterizou a linha editorial da família Marinho? Qual a presença de notícias/matérias assinadas por grandes agências internacionais? Além disso, quais posicionamentos na relação RPDC-EUA são feitos em contraste às suas disputas diplomáticas? O que a diplomacia internacional, aliada a uma abordagem histórica, pode revelar da relação da Coreia do Norte com o restante do mundo? Então, será utilizadas outras pesquisas e referências bibliográficas para confrontar os conteúdos das notícias/matérias, discutindo temas como história, relações internacionais, diplomacia, etc.

Palavras-chave: Coreia do Norte. Diplomacia. Relações Internacionais. Nuclearização. Portal G1.

Abstract

This paper aims to observe the representations made by the G1 portal on the North Korean nuclear issue in selected articles between 2013 and 2017, seeking to answer the following questions: How was the editorial line of the Marinho family characterized? What is the presence of news/materials signed by major international agencies? In addition, what positions on the DPRK-US relationship are made in contrast to their diplomatic disputes? What can international diplomacy, combined with a historical approach, reveal about North Korea's relationship with the rest of the world? Other research and bibliographical references will be used to compare the content of the news/materials, discussing topics such as history, international relations, diplomacy, etc.

Keywords: North Korea. Diplomacy. International relations. Nuclearization. G1 Portal

¹ Graduando em História pelo Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO, Bauru). Artigo realizado sob a orientação da Prof. Dra. Lourdes Madalena Gazarini Conde Feitosa, na disciplina de Metodologia da Pesquisa em História, e do Prof^o Dr^o Roger M. M. Gomes, em História Contemporânea. Contato: victor_s.joao@hotmail.com.



Introdução

Na Coreia do Norte ou República Popular Democrática da Coreia (RPDC) é proibido sorrir² e seus habitantes são obrigados a terem o mesmo corte de cabelo do Líder Supremo Kim Jong-un³. São esses tipos de notícias espantosas que mais nos deparamos ao pesquisarmos sobre a Coreia do Norte na internet, não havendo limites mensuráveis sobre o teor cruel e desumano do tipo de conteúdo a ser revelado nessas postagens.

Vizentini e Pereira (2014) afirmam que a Coreia do Norte é o país menos compreendido no mundo, sendo permeado por criações de narrativas com o fito de demoniza-lo (p.176) algo denominado de orientalismo.

No célebre livro de Edward Said *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, o mesmo define orientalismo como uma instituição autorizada a colonizar o Oriente, no sentido de ter a si o monopólio de opiniões e discursos sobre ele. Além disso, complementa:

A minha alegação é que, sem examinar o orientalismo como um discurso, não se pode entender a disciplina enormemente sistemática por meio da qual a cultura europeia conseguiu administrar – e até produzir – o Oriente política, sociológica, ideológica, científica e imaginativamente durante o período pós-iluminismo. Além do mais, o orientalismo tinha uma posição de tal autoridade que eu acredito que ninguém que escrevesse, pensasse ou atuasse sobre o Oriente podia fazê-lo sem levar em conta as limitações ao pensamento e a ação impostas pelo orientalismo (SAID, 1990, p.15)

Ou seja, orientalismo é um instrumento que proporciona limitações para a compreensão do próprio Oriente por este estar intimamente atrelado a um eurocentrismo que buscará adequar tudo a seus moldes. Gomes (2011) explica que isso acontece, pois a Ásia e o Oriente foram regiões de extremo interesse para o Ocidente, havendo grande contribuição dos mesmos para a cultura ocidental como um todo.

Os portugueses, por exemplo, buscavam as cobiçadas especiarias, marfim, pedras preciosas no Oriente. Mitos foram criados. O Reino de Preste João era idealizado como um lugar abastado e poderoso, povoado por criaturas monstruosas e lendárias.

² Retirado de: <<https://veja.abril.com.br/mundo/hoje-8-de-julho-e-proibido-sorrir-na-coreia-do-norte/>>

³ Retirado de : <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2014/03/26/ditador-da-coreia-do-norte-impoe-o-proprio-corte-de-cabelo-aos-homens-do-pais.htm>>



As idéias sobre este lugar eram levadas para a Europa por viajantes, peregrinos e comerciantes o que motivava várias viagens efetuadas pelas cortes européias. (MARTINS, 2011, p.02)

O século XX protagonizou as revoluções socialistas e dentre delas a coreana, e desde a sua concretização até os tempos atuais, o orientalismo acaba nos distanciando da compreensão da realidade sociocultural e histórica desse país. A História não é uma mera sucessão de fatos e se quisermos compreender um fenômeno, devemos nos ater às fontes e às especificidades do mesmo, nos ausentando de maniqueísmos e presunções.

É também durante esse mesmo século que a União Soviética sofre sua derrocada e o mundo testemunha o símbolo do fim da Guerra Fria. Contudo, na Coreia do Norte a revolução socialista continuou e um sentimento de isolamento internacional afetou o país, pois acabaram de perder um forte aliado ideológico e junto a isso a China solidificou alianças com a Coreia do Sul e Rússia. (OLIVEIRA, 2003, p. 8).

A revolução coreana está atrelada a uma realidade e contexto históricos únicos, sendo a Coreia um país tradicional e culturalmente unificado, localizado em volta de três grandes potências: Rússia, Japão e China e ainda, segundo Vizentini e Pereira (p.177), possui estreito conflito físico e ideológico com os Estados Unidos.

Desde os anos 90 até hoje, a Coreia do Norte mantém um programa nuclear visando articular resistência às potências hegemônicas e contornar suas carências diplomáticas, usando dos artefatos nucleares como uma forma de estruturar uma política de dissuasão e abertura de diálogo com esses países.

Foram inúmeros os esforços internacionais, em especial o dos Estados Unidos e Coreia do Sul, para congelar o avanço nuclear norte-coreano e paralelamente, houve uma grande cobertura midiática internacional entorno da questão nuclear da RPDC, retratando sobre os testes de mísseis balísticos feitos ao longo do século XXI e seus ecos nas relações internacionais.

Se tratando do Brasil, Marin (2017, p. 10) afirma que há um “bloco discursivo hegemônico na imprensa brasileira no que se refere a RPDC” e com base nisso, a presente pesquisa analisará quais representações foram feitas sobre a nuclearização norte-coreana no portal G1 em evidência de ser um jornal digital de acesso gratuito e de alcance nacional que agrega uma convergência de mídias do Grupo Globo, sendo alimentando 24 horas por dia,



auferindo conteúdos não só de sua autoria, mas também de suas filiadas (ALVES, 2014, p.147). Dessa forma, os problemas podem ser manifestados do seguinte modo: Como se caracterizou a linha editorial da família Marinho? Qual a presença de notícias/matérias assinadas por grandes agências internacionais? Além disso, quais posicionamentos na relação RPDC-EUA são feitos em contraste às suas disputas diplomáticas? O que a diplomacia internacional, aliada a uma abordagem histórica, pode revelar da relação da Coreia do Norte com o restante do mundo?

Acredito que a partir destes questionamentos será possível traçar de qual forma a imprensa do G1 retrata a experiência coreana, revelando suas afetações ideológicas em torno do tema da nuclearização da RPDC e sua imagem no mundo globalizado, sendo também necessário prover um breve debate historiográfico que mostre como a academia retrata as condicionantes da revolução coreana que levaram à configuração de um país “recluso” em comparação aos demais, explorando temas que possam explicar em certo grau o impacto do imperialismo japonês na península coreana, as guerrilhas antinipônicas, a intervenção estadunidense e a emergência do socialismo Juche.

A metodologia dessa pesquisa, portanto, é uma análise jornalística, com o fito de desenvolver esses questionamentos, partindo do pressuposto, como coloca Reis (2007), que os fatos são abstrações e “o que existe realmente é produção sobre eles” (p.9), tornando os jornais uma fonte interessante para observar seus discursos e em quais posicionamentos político-ideológicos estão inseridos.

Para conseguir esse resultado, no primeiro momento discutiremos a contribuição do jornalismo digital para o trabalho historiográfico a fim de definir a metodologia a ser utilizada e aclarar o funcionamento dos jornais no contexto da internet, local esse pouco explorado pelos historiadores como fonte primária para suas pesquisas.

No próximo capítulo será feita uma revisão bibliográfica nos dispendo principalmente dos estudos feitos por Paulo Visentini, com a colaboração de Helena Melchionna e Analúcia Pereira, que publicaram uma das principais pesquisas sobre a Coreia do Norte e sua história, nos dando luz à um embasamento mais acadêmico.

Outro autor a ser abordado na mesma categoria de prevalência é o coreano Gwang-Oon Kim, que realizou um estudo sobre a formação do estado norte-coreano apresentando novos paradigmas a respeito do precípua do socialismo Juche. Sua publicação foi traduzida pela



Revista Opera e seu trabalho fora originalmente publicado na *The Journal of Korean Studies*, sendo Kim um pesquisador sênior do *National Institute of Korean History*, uma organização incumbida de coletar conteúdos históricos da península coreana.

Já o último capítulo será dedicado a uma verificação de como o portal do G1 apresentou a Coreia do Norte a partir de notícias e matérias publicadas nos períodos entre 2013 e 2017, tempo esse filtrado a partir do *Google Trends*, uma ferramenta que traduz em gráficos o fluxo que um termo específico é buscado em uma determinada região – sendo no caso o Brasil – com a finalidade de poder constatar em quais momentos houve maior interesse em se publicar sobre a Coreia do Norte, podendo isso nos revelar as notícias mais sensíveis postadas nas respectivas épocas.

A importância do jornalismo digital como fonte

O que é considerado um documento histórico respaldado a uma cientificidade sempre foi um debate dentro da academia. Durante muito tempo houve uma grande obstinação sobre os documentos escritos oficiais, sendo estes considerados únicos ao servir de uma produção histórica, algo comumente defendido por correntes historiográficas tradicionalistas como o positivismo e a escola metódica.

A pesquisadora em História Social Tânia Regina de Luca (2012) defende que a História - ciência da área de humanas -, necessita distanciar sua prática de produções meramente descritivas, pois a objetividade pregada pelos metódicos não atende a completude da cultura humana, contendo exclusões relacionadas à sexualidade, experiências pessoais, religiosidade dos sujeitos, aproximando-se muito das ciências naturais, mas que com a Escola dos Anales, proporcionou uma quebra desse ritmo erudito, proporcionado ao trabalho historiográfico a emergência de:

[...] uma história aberta a questionamentos e problematizações – o que deve ser entendido como abandono do político, da cronologia, dos fatos e dados, tomados em si mesmos, da glorificação dos grandes homens e seus feitos, da noção estreita de documento e do tempo curto do evento. Tratava-se, agora, de abordar os fenômenos coletivos, as multidões e o povo, personagem que roubava a cena antes reservada às personalidades ilustres; de explorar a complexidade temporal, com seus diferentes ritmos e durações, breves ou longas; de abandonar a superfície dos acontecimentos



em favor de estruturas profundas; de perscrutar o imaginário e as mentalidades; de manipular grandes séries documentais, construir curvas e gráficos; de apropriar-se dos múltiplos vestígios do passado em busca de uma história econômica e social, com vocação totalizante. (2012, p.17)

Esse aumento do campo de pesquisa motiva o estudo de novas temáticas e fontes de pesquisa, priorizando o fazer histórico a camadas e sociedades anteriormente silenciadas ou tratadas de modo reducionista.

Com o advento da era digital, historiadores se defrontam com um ambiente novo, sendo apresentando um panorama denominado de História Digital, categoria essa pouco explorada. Fábio Chang de Almeida (2011) expõe que uma das razões a essa titubeação é a falta de um debate teórico-metodológico do seu uso, algo que personifica uma não-sistematização desse ambiente, consequentemente transparecendo inseguranças do que fazer e como fazer, algo natural a se pensar e positivo ao refletirmos sobre a responsabilidade científica de um trabalho acadêmico. O autor aprofunda mais essa questão elencando como o documento digital possui singularidades em sua composição como o fato de estar incluso a uma rede infinita, mas que seus dados são passíveis de realojamento nos inúmeros endereços existentes ou até apagados.

Contudo, ao caracterizar o que é um documento digital fora dos impasses descritos acima, chegamos a um cerne importante, que tanto ele quanto os documentos físicos são um “registro da expressão da experiência humana, em suas mais variadas manifestações, independente de seu suporte material” (ALMEIDA, p. 17, 2011)

Assim sendo, os jornais digitais são documentos e compatíveis a um desenvolvimento de pesquisa, ausente de contradições sobre seu valor e importância. De acordo com Marcella Rasêra (2010, p. 03), durante os anos de 1990, os jornais online possuíam uma ínfima diferença de sua narrativa jornalística comparado aos conteúdos transmitidos pelos jornais convencionais (seja ele impresso ou televisivo), ocorrendo uma mudança da sua dinâmica nos dias atuais, dispondo exclusividade em suas matérias além de configurar novas ferramentas de linguagem.

As inovações giram em torno de como imediatismo informacional é passado, tal característica é presente no jornalismo convencional e na disputa por algo inédito e Pablo Cordeiro (2010) destaca que o mesmo acontece no ciberjornalismo, porém com a possibilidade de retornar a um mesmo conteúdo diversas vezes, fora que o leitor consegue, por links já anexados ao lado de uma matéria, ser transferido a plataformas que noticiam outras coisas



(p.39). Isso demonstra que as informações são muito rapidamente difundidas, criando junto disso uma rede de interatividade dando margem a quem está lendo a compartilhar suas opiniões.

Por essa maior intimidade relacional, o jornal digital impacta o imaginário coletivo, construído através de disputas de poder na busca de influenciar a opinião pública, motivadas pela consumação imediata daquilo com que se depara nos ambientes virtuais, com cada indivíduo formulando ideias a partir de suas experiências de vida singulares. Como salientam Cristine Gerk e Marialva Barbosa (2017), “a memória individual se particulariza pelo seu ponto de vista sobre a memória coletiva” (p.155-156).

Emmanuela Cristine Leite Nunes (2017) soma a essa perspectiva ao afirmar que a narrativa multimídia digital consegue gerar mais imersão e sensibilidade às pessoas (p.49), trazendo “novas técnicas e plataformas como podcast, vídeos em streaming, vídeos editados, imagens, smartphones e tablets [...]” (p.44). O jornalismo digital está mergulhado, portanto, a uma convergência de mídias que confere ao pesquisador maior cuidado em lidar qualitativamente com esse universo, devendo ter discernimento do volume informacional existente e como processá-los.

Adentrando a um aspecto mais metodológico, ao se debruçar a um jornal, é preciso ter em mente que seu conteúdo é formulado por pessoas, algo que esbarra a uma seletividade do que é postado, atrelados a uma ideologia política específica daquela imprensa (BEZERRILL, 2011, p. 04). Ou seja, tudo o que é publicado recai em uma subjetividade discursiva, formada a partir de influências diversas à vida do indivíduo que a publica, não correspondendo a uma espécie de “imparcialidade jornalística”, mas a uma laboração concebida por princípios e valores éticos do jornalista que permeiam os seus textos.

Neste sentido, Carlos Henrique Ferreira Leite (2015), em seu artigo “Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica”, destaca que “os jornais deixam de ser considerados apenas fontes de informações e pesquisas e passam a ser problematizados cada vez mais como objetos de estudo” (p.11). Aponta também questões centrais que um pesquisador deve se fazer ao estudar um jornal, como saber os donos daquele veículo comunicativo, a data de sua publicação, público-alvo, etc. Prosseguindo, ao obter

[...] as informações básicas do periódico, o pesquisador pode iniciar sua análise pelo projeto gráfico e editorial, pelas formas de organização e a distribuição das matérias,



cadernos, notícias, colunas e seções, e seguindo para a identificação dos proprietários, redatores, condições técnicas de produção, tiragens, preços, público, espaços de distribuição e circulação (2015, p.14).

Vale ressaltar que tais procedimentos são possíveis de serem adequados aos jornais digitais, visto que uma matéria vinculada a um portal específico conterá toda essa estrutura relatada. Esses itens são em parte características de como funciona um modelo jornalístico.

José Marques de Melo (2016) evidencia que para instrumentalizar os jornais como fonte é preciso compreender seu padrão sistemático, definido em gêneros e seus formatos.

Em referência a Theodor Adorno e Marx Horkheimer (p. 46 *apud* ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 172), o autor descreve estratégias de dominação utilizados pelos veículos de comunicação, dando ênfase especial à estereotipação, elemento indissociável das mensagens que dão identidade a seus produtos e como sua essência será recepcionada pelo público. Logo, é crucial ter conhecimento sobre os distintos gêneros e seus formatos, identificando se é “informativo” ou “opinativo” por exemplo.

Finalizando, ao tratarmos da Coreia do Norte, procuremos ter fixado que o jornalismo se molda no ato do cotidiano e reflete aquilo que considera atender às expectativas de seu público, bem como à classe a qual o veículo jornalístico pertence, sendo indubitável enxergar além do que está sendo passado pelas matérias, tornando-se necessário a utilização de pesquisas, artigos científicos, dissertações para confrontar as informações contidas no jornal.

Como o tema é apresentado pela historiografia

É imprescindível antes de encaminharmos para as representações jornalísticas, fazer uma releitura sobre autores que já escreveram sobre o tema da Coreia do Norte, seu passado, estruturação política e relações com países vizinhos, bem como a utilização de fontes oficiais do próprio país a respeito da sua constituição nacional, relacionado a direitos, deveres, etc.

Antes de tudo, vale ressaltar que a Coreia socialista é ainda um assunto pouco explorado e considerado pelo Ocidente, mas ainda assim há trabalhos disponíveis, alguns destes já citados anteriormente, que nos permitem ter uma ótica menos moralista sobre o país.



De modo geral, o livro *A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo Zuche* (2015), o artigo *A construção do Estado norte-coreano* de Gwang-Oon Kim traduzido pelo mestre em História pela USP e pesquisador João Carvalho e a Constituição Socialista da República Popular Democrática da Coreia traduzido por centros de estudos ligados à ideia Juche no Brasil são ponta pés iniciais para melhor compreensão do tema.

Etnicamente, a população coreana é bastante homogênea (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015, p. 21) e ao norte, com características montanhosas, havia uma cultura com “fortes traços sociais asiático-confucianos de comportamento” (p.21) e por conta do isolamento ocasionado pelas montanhas, se estabeleceu uma continuidade dessas tradições, tornado assim o nacionalismo um elemento importante e tradicional da cultura coreana. Logo, não se deve ater somente às transformações culturais perpetradas pela revolução, mas também a essas condicionantes históricas enraizadas na população da Coréia.

O antigo reino de Choson é a matriz da população coreana e havia nele um expansionismo ao nordeste do território chinês, tendo assim as primeiras aproximações dessas duas nações. Depois de um tempo de dominação chinesa, formou-se três reinos na península coreana, sendo o reino Koguryo ao norte o mais celebrado pela nação norte-coreana, pois seria ali lugar de nascimento de Kim II Sung, na qual este, trazia a si o título de herdeiro do fundador do reino e o confucionismo é permeado pela península pela proximidade fronteiriça chinesa.

Emiliano Unzer Macedo (2018) explica que no ano de 660 houve uma aliança entre o reino coreano de Silla com a dinastia chinesa Tang e um ano depois foi orquestrada uma campanha militar conjunta desses reinos para conquistar o reino Koguryo que invadiu a capital Pyongyang, totalmente ocupada em 668. No entanto, logo depois os chineses fixaram zonas administrativas na capital para maior controle das fronteiras, inaugurando tensões entre a dinastia Tang e o reino Silla pela disputa de poder na região, acabando os chineses sendo derrotados em 675, inaugurando Kyongju como a nova capital de toda Silla (p.13 e 41-42).

Posteriormente, as dinastias de Koryo e Choson tiveram seus momentos de prosperidade, sendo esta última marcada por invasões de manchus e japoneses, retaliadas com firmeza, mas que provocaram profundas mudanças na sociedade coreana, como o aumento da hierarquização, controle de terras nas mãos de uma elite hereditária, supressão dos direitos das mulheres e uma evidente escravidão que perdurou até 1894 (OLIVEIRA, p.194, 1997).



Durante a era Meiji e a vitória do Japão na Guerra Sino-Japonesa e Russo-Japonesa, a península coreana é ocupada após a crise da dinastia coreana Joseon, em 1910, passando a ser um protetorado do Império Japonês, retrocedendo a unificação e a independência dos coreanos que desde o século passado tentaram resistir ao domínio nipônico.

O Japão, que historicamente ameaçava a Coreia, ganha mais impulsos expansionistas com a Revolução Meiji. Em 1876, após ocupar a ilha de Kanghwa, as forças nipônicas impõem os “Tratados Desiguais” aos coreanos, forçando-os não só a abrir seu comércio como ainda exercendo o controle sobre o mesmo e sobre as águas coreanas. Em 1910 a Coreia é transformada numa colônia japonesa, perdendo sua independência. (GROSSI, 2015, p. 5)

Uma série de reformas políticas e sociais passaram a revigorar na Coreia como meio de estruturar meios de controle sobre os coreanos. Em dado momento, os coreanos eram obrigados a falar, escrever e a ter um sobrenome japonês sob o pretexto de assimilá-los à cultura japonesa e utilizá-los como cooperação nos projetos de mobilização da administração colonial, colocando os coreanos a se sacrificarem nas guerras que o Japão travava (JEON, 2011, p. 50 e 54).

Inicia-se uma série de revoltas por parte da população coreana, por conta da fome e extrema pobreza em que se encontravam, somadas com a **perca** (palavras muito forte e questionável) de sua identidade nacional e de direitos civis básicos. No século XX, os coreanos se articulam contra as ocupações em sua terra, estruturando posições políticas anti-imperialistas como o UDI (União para Derrotar o Imperialismo) organizado por Kim II Sung, que definia o movimento da seguinte forma:

Para que destruamos o imperialismo japonês e conquistemos a independência da Coreia através da organização das massas sob a bandeira do Marxismo, devemos formar primeiramente a organização revolucionária de nossos jovens comunistas. É sugerível que se nomeie essa organização de União para Derrotar o Imperialismo de acordo com sua missão, e abreviar seu nome para a sigla UDI. Pelo fato de a UDI assumir, em nome e em fato, a missão de derrubar o imperialismo, seu programa deve pôr como tarefa imediata a destruição do imperialismo japonês, inimigo jurado do povo coreano, e a conquista da independência e da libertação da Coreia, e ter como tarefa final a construção do socialismo e do comunismo na Coreia, derrubando no futuro todas as formas de imperialismo e construindo o comunismo pelo mundo. (SUNG, p.10, 2012)



O Japão perde sua influência e a União Soviética passa a ter controle da região norte da península coreana e o sul, pelos Estados Unidos, em pleno contexto de guerra fria. Gwang-Oon Kim (2019) explica que a guerrilha antinipônica foi elemento principal para a formação do atual estado norte-coreano, além de dar luz ao Juche , que ganha características próprias respaldadas no nacionalismo da Coréia do Norte, algo já forte no *ethos* da população coreana desde a sua fundação.

O exército vermelho era temido pelos coreanos, havendo uma reação de desconfiança até mesmo por parte dos comunistas norte-coreanos. A economia do Norte perdeu força com a entrada soviética e aplica o desmantelamento das indústrias já existentes no país, mandando seus recursos para a própria URSS, além da coerção exercida pelos mesmos para com o próprio povo norte-coreano.

O tamanho da expropriação soviética pode ser inferido de um relatório que reconhece que o comando de ocupação diretamente controlava a produção em 38 fábricas de indústria pesada e – pelos cinco meses cobertos no relatório – enviou 8.535 toneladas de bens dessas fábricas para a União Soviética sem nenhum tipo de compensação. (KIM, 2019, s/p)

Culturalmente surgiu uma inimizade do povo coreano com os soviéticos por se sentirem traídos pelos russos. Gelman e Levin (1984) apontam que na perspectiva norte-coreana, os soviéticos nunca apresentaram grande interesse em manter o Norte independente, principalmente sob a tutela de Kim Il Sung, além de não se prontificarem em apoiar a modernização econômica e militar norte-coreana. Na perspectiva soviética, estes eram antipáticos à ideologia oficial do “Juche” e viam o Kim com grandes suspeitas e o achavam “agressivo” pela sua insistência em ver uma Coréia extremamente autônoma (p. 3 e 42-43).

O princípio Juche, apesar não haver uma tradução literal, exprime basicamente a ideia de “fazer as coisas a nosso modo”, na perspectiva de criar um socialismo distante do clássico que acompanhava todo o leste-europeu (LEE, 2003, p.105). A República Popular Democrática da Coréia, no entanto, não traz um socialismo teoricamente disperso, sendo baseado no marxismo-leninismo, mas traz elementos confucianos e nacionalistas que davam cor a esse espectro de autossuficiência (uniformizar o tempo verbal). Marcelo Almeida Britto (2020), ao analisar como o confucionismo age sobre estados de bem-estar nos países da Ásia Oriental, afirma que



[...] o confucionismo opera no âmago das estruturas sociais de modo a organizar os indivíduos em redes não necessariamente exclusivas, mas passíveis de saturação na medida em que o pertencimento a cada grupo vai se sobrepondo em cada pessoa. A definição do indivíduo – que na cultura individualista do Ocidente se dá preferencialmente por suas escolhas pessoais – nas sociedades de matriz confucionista se faz prioritariamente no contraste que dentro dele exercem os diferentes grupos nos quais ele está inserido. Ele é parte de uma família, de uma escola, de uma empresa. Seu pertencimento a essas estruturas sociais possui um duplo caráter: de subordinação e de inclusão, o que por si já torna a exclusão a exceção e não a regra. (BRITTO, 2020, p.35)

Kim Il-Sung tinha grande destaque no Partido Comunista Chinês que o ajudou na formação de um exército e essa estreita relação foi importante para a autonomia do estado coreano e sua resistência contra a União Soviética. Os Estados Unidos tentava, ao Sul, exercer influência no lado norte. (é isso mesmo?)

No ano de 1948 é feita a Primeira Assembleia Suprema do Povo inaugurando em conjunto a Constituição da República Popular Democrática da Coreia que desenvolveu um comitê para a população, características que penduram até os dias de hoje e com os acontecimentos durante a Guerra da Coreia (1950-1953), iniciada com a tentativa do norte ao invadir o sul de unificar a península da presença americana, massacres à civis inocentes, estupros e bombardeios de cidades pelos EUA impregnaram no ímpeto do amargo dos norte-coreanos (KIM, 2004, p. 530). (esta frase não está clara)

A Constituição coreana, precisamente no Capítulo IV sobre a defesa nacional, explana um pouco sobre a mentalidade *bunker* gerada como forma de resistência após inúmeras violações aos direitos humanos ocorridos historicamente em seu país por invasões externas “

Sobre a base da preparação político-ideológica do exército e do povo, o Estado materializa a linha militar de autodefesa, cujo objetivo principal é: converter o exército em um exército de quadros, moderniza-lo, armar todo o povo e fortificar todo o país”. (RPDC, p. 17, 1972)

Ataques nucleares é medo eminente pelo Estado norte-coreano, principalmente após a instalação de armas atômicas na Coreia do Sul e Japão pelos Estados Unidos durante a Guerra da Coreia. De modo geral, a Constituição ressalta os valores dos ideais Juche de autopreservação e de “considerar o povo como centro”, dando muita representatividade ao Kim Il Sung.



Ademais, a República Popular Democrática da Coreia é um país de uma continuidade histórica: a revolução se concretizou, mas o contexto no qual foi motivo de sua efetivação não terminou. As instituições de guerrilha antinipônica ainda permanecem, oferecendo uma direção e sentido às coletividade da população coreana e para manter sua segurança e resistência nacional, ao menos na teoria.

No entanto, é válido discutir sobre uma questão muito recorrente ao se tratar da Coreia do Norte. Não é porquê constitucionalmente o país ressalta valores como democracia, liberdade de expressão, educação e saúde que necessariamente esses elementos se consumam na prática cotidiana dos norte-coreanos ou que esse sentimento de coletividade tão característica da ideologia Juche seja recíproco integralmente. Muito se fala sobre as inúmeras violações sobre direitos humanos no país.

Segundo o relatório da Comissão de Inquérito da ONU de 2013, a Coreia do Norte cometeu violações sistemáticas e generalizadas dos direitos humanos, como manter sua população faminta, prender deliberadamente pessoas em campo de prisioneiros políticos, além de promover estupros, escravidão sexual, perseguições, tortura, sequestros internacionais etc (OHCHR, 2014, p. 320 e 365). No entanto, a totalidade desses dados podem ser confrontados.

Hanzel Smith (2014) aponta que têm muita coisa que não se sabe sobre a RPDC, mas que há dados abundantes sobre nutrição, saúde e alimentação. Por trabalhos da Organização Mundial da Saúde, Programa Alimentar Mundial, UNICEF, Organização para a Alimentação e Agricultura, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento entre outras agências humanitárias, estabelecidas na Coreia do Norte desde 1990, somam mais de quatro mil relatórios sobre aspectos qualitativos da vida na RPDC que não convergem com os dados apresentados no relatório da Comissão de Inquérito da ONU, que segundo ela, não segue rigor científico adequado, sendo revelado que os valores nutricionais da Coreia do Norte não são tão distantes de dados encontrados na maioria dos países asiáticos. (p.132-133).

Por exemplo, em 2013, no ano do inquérito, a condição de vida das crianças norte-coreanas eram muito melhores e com menos chances de passar fome caso vivessem na Índia, além disso a taxa de nanismo nutricional da RPDC era de 28%, enquanto no restante do leste da Ásia chegava a 39% (SMITH, 2014, p.136-137).



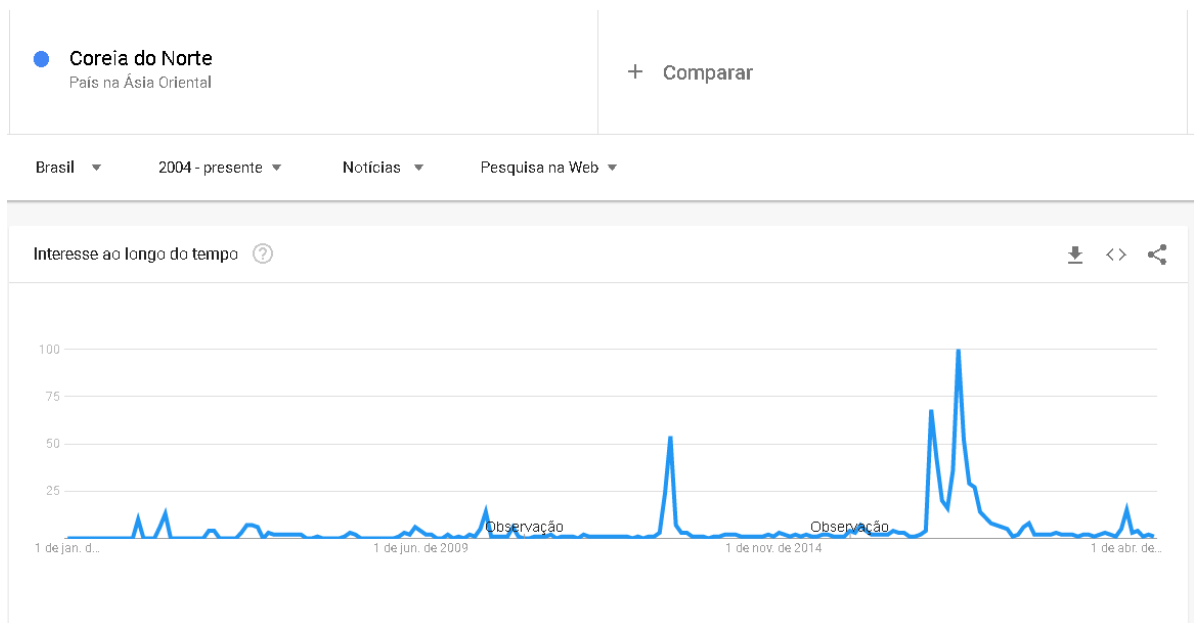
Henri Boquien (2018) argumenta que o inquérito de 2013 segue um caráter muito indutivo, baseando-se exclusivamente em relatos de desertores para averiguar a condição dos campos de prisioneiros políticos, com a maioria das informações pautadas no clássico depoimento do desertor Shin Dong-Hyuk, mesmo que pouco tempo depois, admitiu que muitas dos aspectos contados tenham sido fictícios (BOQUIEN, 2018, p. 21). Sem dúvidas esses relatos particulares devem ser levados em consideração, contudo a crítica principal é ao pouco cuidado às suas afirmações, sendo muitas vezes classificadas como uma verdade absoluta.

O autor é enfático ao apontar que nenhuma violação de direitos humanos deve ser ignorada, porém, a lacuna cinzenta existente sobre as condições gerais de vida na Coreia do Norte não deve ser preenchida com presunções ou análises tendenciosas para justificar sanções ou medidas coercitivas contra o regime (*idem*, p.27).

A Coreia do Norte no portal G1

Antes de partir para como o portal G1 retrata a Coreia do Norte, é importante explicar um pouco mais a respeito da ferramenta utilizada para o recorte temporal, o *Google Trends*. O mesmo é de uso gratuito e possibilita analisar o quanto uma terminologia específica fora buscada no indexador *Google* ao decorrer dos anos, podendo indicar país, período e categoria (como esportes, lazer, notícias) em que se deseja constatar a evolução do tema que foi colocado para ser pesquisado.

Para Mello, Caetano e Souza (2018), os resultados pelo *Google Trends* só são efetivos se feita as escolhas lexicais corretas (p. 05), não sendo ideal o uso de termos amplos ou subjetivos que podem remover a precisão estatística esperada. Nesse caso, utilizamos o termo “Coreia do Norte” por ser mais popular, vinculado como “País na Ásia Oriental” para maximizar a especificidade dos resultados, incluindo na temporalidade selecionada o ano de 2004 até o presente, período limitado pela própria ferramenta no momento de selecionar uma abrangência maior de tempo. Obteve-se o seguinte panorama das quantidades de buscas no Google no Brasil:



Fonte: Google Trends/Reprodução (2020)

Por meio dos picos expressados no gráfico, os anos de 2013 e 2017 apresentaram maior número de pesquisas em relação ao tema e mediante a esta tendência é colocado enfoque nas notícias e matérias oriundas desse intervalo. Tal procedimento fora feito objetivando encontrar o maior volume possível de notícias e matérias sobre o tema, bastando depois focar nas postagens do portal G1. Nesses períodos ocorram alguns testes de mísseis pela RPDC (POLLACK, 2018, p.1-3), algo que pode justificar o tamanho buscado pelo país.

O jornal O Globo foi criado em 1925 por Irineu Marinho no Rio de Janeiro e para Mattos (2007) seu surgimento inicialmente era de realizar uma oposição ao jornalismo partidário da época (p.4), colocando-se como defensor das causas populares. Contraditoriamente, João Braga Arêas (2012) afirma que apesar de o jornal se declarar como imparcial e protetor dos anseios da população, não tinha ligação com nenhuma organização das classes subalternas (p.62), havendo O Globo apoiado a revolução de 1930 e ter estado ideologicamente alinhado ao anticomunismo emergente na época com a Intentona Comunista de 1935.

Uma afetação ideológica aproximada aos interesses da classe dominante liberal se mostrou na luta do jornal contra o governo de Goulart, décadas mais tarde, suscitando sobre o perigo vermelho e um medo das organizações sindicalistas (ARÊAS, p. 65, 2012).



Convergente a este ponto, Valentini (2008) mostra que na década de 30, mesmo o jornal estar sob censura getulista, já empregava em suas matérias “expressões alarmistas de cunho claramente xenófobo, como “invasão vermelha” ou “Moscou confessa”, divulgando que o Partido tinha planejado uma revolta armada no Brasil” (p.4).

Fonseca (2003) constata que O Globo, ao discutir sobre os direitos sociais no período da redemocratização, afirmava que estes iam no sentido contrário dos interesses “reais” dos trabalhadores defendendo o que o autor denomina de “tese da perversidade” (p.77) que seria de atribuir ao Brasil um futuro incerto caso novos direitos fossem aprovados à classe operária por conta da possível queda na taxa produtiva.

A partir desses excertos, é notável uma tendência mais conservadora e atrelada aos interesses econômicos liberais do jornal ao longo do século XX em que suas narrativas pro os âmbitos menos favorecidos da sociedade não entravam em sintonia com suas manifestações tanto na produção impressa como na televisiva. O caso do debate entre Lula e Collor no ano de 1989 foi o maior exemplo de sua parcialidade política (ROMANCINI, 2015, p. 180).

Na era digital o jornalismo passou por transformações no que tange a relação dos jornais com seu público, tornando-se cada vez mais próximo do público com as suas produções noticiais, ressignificando a própria forma como o conteúdo é feito, pois ,

As empresas de comunicação, visando atrair mais leitores e também mais publicidade, muitas vezes parecem optar em ter uma dedicação e espaço maior ao gênero entretenimento do que o informativo. Ou seja, as notícias devem passar a ser construídas para atenderem “o gosto do cliente”, em termos de suas sensações e expectativas imediatas. (LOPES; BONISEM, 2019, p.2)

Nesse sentido, Mendes (2011) explica que O Globo na internet passou a ser um jornal cada vez mais interativo com seu público, tendo uma grande popularidade no meio digital, contendo cerca de 600 mil comentários nas suas postagens mensalmente (p.2) que provam sua abrangência em escala nacional, sendo, segundo a companhia de tráfico de internet *Alexa Internet Inc.*, o sexto *site* mais acessado do Brasil.⁴

Assim sendo, no ano de 2006 o portal G1 é criado como forma de “reunir todo o material jornalístico produzidos pelos veículos de comunicação das Organizações Globo” (ROCHA,

⁴ Informação retirada do site da Alexa. <<https://www.alexa.com/topsites/countries/BR>> Acesso em: 21 de out de 2020



2011, p.7) e foi inaugurado em 2011 junto à plataforma um documento contendo os “Princípios Editoriais das Organizações Globo” (hoje Grupo Globo), idealizado pelos irmãos Marinho que atuam como sócios e donos da própria emissora.

Segundo o conteúdo expresso no próprio documento, sua criação se justifica em caracterizar o papel do veículo jornalístico na era digital, explanando seus valores e a forma como pretendem lidar com esse novo território, definindo o conceito de jornalismo e o modo com que esta classe deve agir ao analisar e produzir os conteúdos mediante as fontes, o público e as redes sociais.

Em relação a seu posicionamento político, há uma preocupação no documento do grupo de se vincular ideologicamente ou politicamente a uma vertente específica, determinada na seção II, item 5 e letra D que

Em sua atuação nas redes sociais, o jornalista deve evitar tudo o que comprometa a percepção de que o Grupo Globo é isento. Por esse motivo, nas redes sociais, esses jornalistas devem se abster de expressar opiniões políticas, promover e apoiar partidos e candidaturas, defender ideologias e tomar partido em questões controversas e polêmicas que estão sendo cobertas jornalisticamente pelo Grupo Globo. Em síntese, esses jornalistas não devem nunca se pôr como parte do debate político e ideológico, muito menos com o intuito de contribuir para a vitória ou a derrota de uma tese [...] ⁵

O portal G1, portanto, se tipifica como um jornal politicamente neutro que não possui nenhuma intenção de favorecer ideologicamente um lado, terceirizando a responsabilidade de um trabalho imparcial aos jornalistas que o integram e suas atitudes tanto dentro como fora da plataforma.

Todavia, Silva (2015 *apud* Carvalho 2010, 2013) discorre que a linha editorial empresarial da família Marinho até os dias de hoje outorga às elites empresariais e políticas o papel da legitimidade da construção da opinião pública, permanecendo uma concepção negativa sobre a sociedade brasileira baseada na anulação dos coletivos populares e de suas lutas (p.17). No portal G1 por exemplo, o autor cita matérias contendo discursos legitimando as repressões feitas contra ativistas políticos durante as manifestações da Copa do Mundo de 2014.

⁵ Informação extraída do portal G1. <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>>



Nas análises das notícias/matérias do portal G1 a respeito da Coreia do Norte, algo comum encontrado na maioria destas foi a presença de grandes agências internacionais de notícias como a France Presse, Reuters e Deutsche Welle, sendo 4 das 7 notícias selecionadas assinadas por elas enquanto o restante sua aparição acontece de forma subjetiva.

As agências de notícias passaram por um longo período de amadurecimento desde o século XIX com a motivação de promover maior volume noticiário ao público em uma perspectiva de “diminuir o mundo” por conta da evidente globalização.

Com as altas despesas do acolhimento de notícias a uma escala global, jornais se sentiram atraídos a comprar os acervos de notícias produzidos pelas agências internacionais (MOREIRA, 2011, p. 23), pois estas detinham uma grande rede influência no mundo todo, já que em grande parte, estavam diretamente vinculadas a interesses estatais.

Contemporaneamente, essa característica mercadológica das agências ainda permanece, principalmente no ciberjornalismo, operando como uma forma de espalhar informações já previamente construídas, não havendo necessariamente um embasamento no que está sendo formulado.

Normalmente as agências noticiosas operam de forma estritamente linear, sem haver revisões ou modificações dos seus conteúdos, o que confere um caminho direto da informação manufaturada até os seus receptores. As consequências do caminho da notícia por esse mercado-informacional é que os países que receberem as notícias sofrerão com a criação de uma imagem estereotipada e carregada de etnocentrismos do país ao qual a agência pertence (AGUIAR, 2009, p.10)

Visualmente, o portal G1 dispõe da cor vermelha como a dominante, contrastada com o branco. Grande (2015, p. 81) explica que pela cor vermelha ser assimétrica e binária, remete a conceitos como “violência e paixão, guerra e amor” transmitindo neutralidade e a ideia que o jornal não tem um posicionamento inerente, convergindo a suas pretensões do documento sobre princípios editoriais (não está claro). Todas as notícias selecionadas se encontram na categoria “Mundo” nas seções do portal G1 e essa categoria se caracteriza em postar *hardnews* (GRANDE, 2015, p.84), definidas como “notícias fortes, factuais, de grande atualidade” (AGNEZ, 2015, p. 315).



A primeira notícia a ser analisada intitulada “Seul teme novo teste de míssil da Coreia do Norte”⁶, foi assinada pela agência de notícias internacional France Presse (todo nosso estrangeiro em itálico), que possui ao lado de Reuters, Associated Press e EFE o domínio de aproximadamente 90% das notícias transmitidas ao mundo inteiro (COSTA, 2018, p. 2 apud ESPERIDIÃO, 2011, p.106). Além disso, a Agence France-Presse (AFP) é uma das poucas agências a ter escritórios na Coreia do Norte. (AFP, 2016).

Na matéria, é relatado que o governo sul-coreano acredita que a RPDC poderia executar naquela semana um teste de lançamento de míssil e apesar de não confiarem num conflito efetivo naquele momento, tal ação afrouxaria ainda mais as relações diplomáticas do país com o resto do mundo. Curiosamente, é aplicado um balanço entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos, sendo este último considerado mais cordial por ter adiado um teste de projétil balístico intercontinental (G1, 2013) em prol de amenizar tensões na península coreana, enquanto os nortistas são representados como desconfiáveis.

Essa caracterização temerosa é mais explícita na notícia “Chefe da Onu diz estar preocupado com retórica da Coreia do Norte”⁷, também assinado pela AFP, citando que o secretário-geral da ONU, Bani Ki-moon, está preocupado com as restrições de acesso dos trabalhadores sul-coreanos ao complexo industrial Kaesong pelo RPDC, local fronteiro com a Coreia do Sul, principalmente após ameaças de ataques nucleares feitos pelo RPDC aos Estados Unidos.

A princípio, é notável uma abdicação das fontes utilizadas na matéria, não sendo apresentado nenhum indício de onde fora retirado tais afirmações, principalmente aquelas vindas da União Europeia e do secretário-geral da ONU, sem detalhes sobre como se constituiu essa proibição de acesso ao complexo e suas motivações.

Porém, Frank (2016) explica que Kaesong foi fechada pela Coreia do Norte em protesto às manobras militares perpetradas pelas forças sul-coreanas e norte-americanas sobre o país, informação que já daria outra representação à matéria do G1, que deixar transparecer pelo texto

⁶ G1. **Seul teme novo teste de míssil da Coreia do Norte**. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/seul-teme-novo-teste-de-missil-da-coreia-do-norte.html>>

⁷ G1. **Chefe da ONU diz estar preocupado com retórica da Coreia do Norte**. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/chefe-da-onu-diz-estar-preocupado-com-retorica-da-coreia-do-norte.html>>



uma unilateralidade em relação às decisões do RPDC, consideradas negativas, conferindo a este a causa dos conflitos.

Esse olhar sempre de suspeita sobre a Coreia do Norte em questão a sua nuclearização faz parte de uma retórica chamada de Orientalismo nuclear (OH, p. 4, 2010 apud GUSTERSON, 1999) na qual as armas nucleares só são vistas como perigosas quando estão no domínio de países de terceiro mundo, proclamando um discurso bipolar de “o ocidente” protetor e os “outros” como ameaçadores.

Por exemplo, a pressão política externa promovida pelos EUA para o Brasil aderir ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) adentra a essa concepção orientalista e para Teixeira (2007, p. 138 apud DOYLE, 1997, 153-173), a influência americana se estimulava para apoiar o processo de liberalização econômica e execução de sua soberania nos assuntos relacionados a não-proliferação nuclear. Isso possibilitava o estado norte-americano financiar ações nucleares sem medidas, concentrando sua estratégia de venda de conhecimento tecnológico-militar a países alinhados politicamente e supressão econômica, material e de insumos para os estados que não seguirem as recomendações estabelecidas no TNP

Podemos por isso esperar que todas as potências menores que temam a intervenção dos eua, e apesar das garantias verbais que estes lhes possam dar, façam tudo o que esteja ao seu alcance para adquirir a capacidade militar necessária para dissuadir os eua de os atacar. É isso que explica a determinação que Coreia do Norte e Irão demonstram em prosseguir com os seus planos nucleares. Dada a capacidade militar dos eua, estes dois países entendem que só um arsenal nuclear poderá garantir que a América não os atacará. O problema aqui é o inverso dos mecanismos geradores de conflito no caso de os eua prosseguirem uma estratégia de domínio. No caso de uma estratégia de defesa do status quo, são os eua que são incapazes de dissuadir as potências menores de tentarem adquirir os meios de se defender de um eventual ataque americano – e de assim passarem à categoria de potências médias. As ameaças americanas são, dada a preponderância de poder dos eua, credíveis. Mas quaisquer garantias americanas de não-agressão são, por essa mesma razão, pouco credíveis. (MONTEIRO, 2008, p. 84)

Dessa forma, o TNP é instrumentalizado pelos EUA como um meio legal de conseguir monopolizar artefatos nucleares em suas mãos, ao passo que ratifica o poderio dos outros países. Ora, se a proposta do TNP é evitar a proliferação de armas nucleares em nome de evitar um risco para a civilização, antes de tudo os países signatários do seu acordo devem considerar sua própria desnuclearização para fazer jus ao que fora formulado



Importante também mencionar a grande resistência que as potências nucleares apresentam em se desfazer de seus consideráveis arsenais atômicos. Esta “dupla moral”, consistente em cobrar a não-proliferação dos países não detentores da tecnologia nuclear bélica e, por outro lado, optar pela manutenção de amplo número de ogivas, acaba por desgastar o TNP, levando-o a muitos questionamentos de ordem moral (FONSECA, p.5, 2013)

Na notícia “O Ocidente pode parar mísseis norte-coreanos?”⁸, assinado pela agência internacional Deutsche Welle, podemos observar mais essa bipolaridade discursiva. No próprio título nos deparamos com uma dicotomização entre o Ocidente e a Coreia do Norte. O assunto principal é sobre se as novas instalações de antimísseis (THAAD) dos EUA na Coreia do Sul serão capazes de conter um eventual ataque norte-coreano ao país, depositando um antagonismo à imagem da Coreia do Norte, apresentado como um Estado totalmente comprometido a “destruir o Ocidente” e o único nas relações entre os hemisférios com potencialidade de ataque

O certo é que, em 2016, a Coreia do Norte conseguiu lançar um satélite em órbita com um foguete. Pyongyang já disparou diversos mísseis de médio alcance – até mesmo a partir de um submarino. Ainda não se sabe, no entanto, se o país dispõe de uma ogiva nuclear que caiba num projétil.

Agora, resta a pergunta: os sistemas de defesa antimísseis, como o instalado pelos Estados Unidos na Coreia do Sul, podem realmente ser efetivos contra a ameaça norte-coreana? (G1, 2017)

Contudo, nesse cenário há contextualizações importantes a serem consideradas para um entendimento integral da situação. Primeiramente, desde o desfecho da Guerra Fria os Estados Unidos classificou a Coreia do Sul como inimigo oficial do regime norte-coreano, que mesmo após a Guerra da Coreia proporcionou diálogos afrontosos e de afastamento. Concomitantemente, os EUA estabeleceram em solo sul-coreano a presença de armas atômicas com a justificativa de manterem equilíbrio de poder na região (MARTINEZ; MARTINS, 2016, p.59). Consequentemente, essa ação refletiu ao regime socialista em estabelecer um programa nuclear visando suprir uma segurança de sua integridade territorial e o atendimento das faltas energéticas nas questões de urânio, desenvolvimento este somente permitido graças a sua coligação com a extinta União Soviética e China.

⁸ G1. **O Ocidente pode parar os mísseis norte-coreanos?**. Disponível em <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/o-ocidente-pode-parar-misseis-norte-coreanos.ghtml> >



Em 1991, os EUA retiram suas armas nucleares da Coreia do Sul, mas com a dissolução da URSS e a perda de seu apoio militar e a inclinação diplomática da China para os sul-coreanos, acabou deixando o regime norte-coreano isolado diplomaticamente, induzindo-os a acreditar que somente por meio de nuclearização que conseguiriam dissuadir com os EUA (GALAMAS, p.99, 2016).

Os EUA em parceria da Coreia do Sul e Japão, na tentativa de conter o avanço do programa nuclear da Coreia do Norte, formalizaram o Acordo Estruturado em 1994, prometendo conceder apoio financeiro e energético pelo fim das construções de bases nucleares no país. Jonathan D. Pollack (2003, p. 11) mostra uma incompatibilidade de diálogo entre os dois países, havendo ambos prestado acusações sobre um não-cumprimento dos acordos feitos. De um lado a CIA afirmava da continuidade a um programa secreto norte-coreano nuclear e de outro a elite do RPDC promovia queixas de atrasos dos cronogramas de entrega dos insumos pelos EUA.

Além disso, o aliado sul-coreano demonstrou descontentamento com o acordo consumado, pois não fora feito com considerações suficientes por sua parte, algo que trouxe ainda mais impasses para o cumprimento pleno do Acordo Estruturado, opinião fortalecida pela ala republicana estadunidense. Pyongyang de fato congelou temporariamente suas atividades nucleares (WILBORN, 1995, p.3), mas o ambiente de desconfiança presente desacelerou sua entrega diplomática aos norte-americanos, obliterando o acordo.

O Acordo Estruturado também foi um modo encontrado pelos EUA de conseguir restabelecer a Coreia do Norte (ao ou à) TNP com a saída desta em 1993 em virtude, segundo Lima e Zonari (2015), das incongruências afirmativas por parte da RPDC ao relatar sobre o reprocessamento de material físsil à Agência Internacional de Energia Atômica (AEIA), que identificou mais ocasiões de sua feitura do que o mostrado (p. 294). Contudo, os autores argumentam que essa foi uma das manifestações da ineficácia diplomática estadunidense que, depois acirramento do acordo de 1994, levou o presidente da república George W. Bush, em 2002, a colocar a Coreia do Norte na lista do “Eixo do Mal”, proferindo publicamente no New York Times que Kim Jon II era um líder mimado, aplicando ao lado da Coreia do Sul inúmeras sanções ao país, que resultou no impulsionamento do programa nuclear nortista (p.297).



Bertonha (2005) destaca que essas atitudes não refletem positivamente para um fim diplomático efetivo uma vez que a Coreia do Norte detém artefatos nucleares não só para utilizá-los como barganha com o restante do mundo, mas como meio de garantir sua sobrevivência e impedir coerções como as que aconteceram no Iraque (p.8).

A política de Bush em relação à Coreia do Norte focou em uma abordagem multilateral baseada em sanções concretizadas por meios militares e econômicos o que deixou a RPDC excluído das mesas de negociações (KIM, 2005, p.68). O presidente insistiu em só abrir um diálogo bilateral a fim de estabelecer negociações com o regime apenas caso o mesmo se desfizesse completamente do seu arsenal nuclear, cuja categorização do país no “Eixo do Mal” despertou no cenário internacional uma iminente resposta militar contra os norte-coreanos (KIM, 2005, P.69 apud CHA, 2002, p.82).

Todo esse quadro orientalista criado revela uma estratégia falha por parte dos norte-americanos, pois aflorou ainda mais as tensões existentes no Leste da Ásia e a insegurança da Coreia do Norte. Outrossim, essa forma de política externa aproxima-se da Teoria da Estabilidade Hegemônica, baseada na ideia de que um poder hegemônico é imprescindível para caucionar um equilíbrio internacional, pois poderia gestar conflitos pendentes entre as comunidades do globo, além da capacidade de poder conter Estados ditos mal-intencionados (SOARES, 2002, p.72)

Froelich (2005) cita como exemplo a *Pax Romana*, nome dado a uma ordem mundial imposta pelo Império Romano na qual seu poder imperial se manteve graças à pacificação das vastas províncias no seu controle, servindo de referência a uma demonstração que, contemporaneamente, se denominaria *soft power*. Contudo, o autor aponta que apesar de os EUA oscilar entre manifestações *soft power* e *hard power* em suas interações internacionais, este último prevalece com mais evidência nas inúmeras intervenções militares feitas a fim de atingir seus objetivos de diplomacia pública (p.2-3). Também a sua busca por liberdade e democracia contrasta com a obsessão impositiva “nem que seja pelo uso da força” (p.7).

Segundo Leite (2009), é por meio dessa política dura que foi amadurecida durante a doutrina Bush uma construção negativa do outro (materializados no Eixo do Mal), expressas sempre em comparação às qualidades civilizacionais dos Estados Unidos (como representante ideal do Ocidente), deflagrando um discurso maniqueísta que justifica um combate ao inimigo



e as consequentes invasões territoriais (p.54-55) o que explicita uma luta por um desafeto abstrato, o terror

O maniqueísmo incorporou-se à formulação política: quem não está comigo sofrerá punição, fórmula repetida agora na planejada invasão ao Iraque. A este elemento emocional, contudo, adicionou-se a rationale ainda mais ameaçadora. O inimigo não é propriamente Bin Laden, a Al Qaeda, os talibãs, mas o terror.

O terror, no entanto, não é uma coletividade humana concreta contra a qual se guerreia, mas uma forma de guerrear. Como tal é espacialmente indeterminado, está em qualquer lugar, e assim foi dito e o tem sido pelas autoridades americanas, que se impuseram a obrigação e se arrogaram o direito de combatê-lo onde bem convier. Quando a indignação se transforma em conveniência, entra-se no campo da Realpolitik, neste caso por meio do militarismo e da repressão (GUIMARÃES, 2002, p.63-64)

Em relação ao THAAD instalado na Coreia do Sul, há embates diplomáticos que valem uma consideração. Primeiramente, o governo sul-coreano não instalou oficialmente os escudos antimísseis, visto que a China viu em seu uso uma possibilidade de espionagem americana a seu país, motivando a Coreia do Sul a retroceder com receio de um eventual embargo chinês, por possuir uma economia de certo modo dependente da China (FELIPPE, p.5)

Sobre essa questão, Swaine (2017) enfatiza que a liderança chinesa se preocupa com o radar de longo alcance do THAAD que serviria, segundo o governo, com um propósito maior de enfraquecer a China. No entanto, tecnologicamente os chineses seriam capazes de neutralizar os efeitos estratégicos desse sistema, tendo o autor defendido a tese de que a principal negação rege na sensação de traição que a China teve com a Coreia do Sul após a aceitação das instalações.

Esse sentimento de traição aumenta com o possível fortalecimento dos EUA no Nordeste Asiático e o enfraquecimento da hegemonia chinesa na região e de sua capacidade de dissuasão na região (p.8-9). Vemos até o momento o grau de complexidade das relações internacionais envoltas no dilema Estados Unidos-Coreia do Norte que ajuizam uma série de particularidades histórico-políticas que vão além da representação pura e simples de causa e efeito apresentada na notícia em que as complicações diplomáticas são exclusivamente depositadas na RPDC.



A notícia “Rússia diz concordar com EUA sobre Coreia do Norte e espera ‘calma’”⁹ foi assinada pela própria redação do G1, não sendo mencionado nenhum autor em específico, porém na parte textual vemos que as informações foram provenientes da agência internacional russa Interfax.

É perceptível uma representação mais equilibrada sobre a Coreia do Norte, não culpabilizada de forma integral pelas tensões internacionais, havendo uma ponderação balanceada ao citar falas do ministro de Relações Exteriores russo Sergei Lavrov, que lembrou das manobras militares realizadas pelos EUA e Coreia do Sul no país, suscitando que essas ações só assustariam o Estado norte-coreano.

No entanto, no vídeo disponibilizado na matéria há uma forte presença de um quadro orientalista nuclear (descrito anteriormente) no qual a jornalista Renata Vasconcelos diz que “a Coréia do Norte pode lançar mísseis a qualquer momento”, opinião fortalecida logo em seguida pelo jornalista Roberto Kovalick, que aponta as fortificações de segurança adotadas pelos EUA na Coreia do Sul. O jornalista emplaca uma narrativa alarmista ao falar sobre o esforço norte-americano em “vigiar o país” através de satélites e aviões, além de navios de guerra, prontos para se defenderem dos mísseis norte-coreanos.

Assim, há contrariedade narrativa presente na parte textual da matéria com o que foi mostrado na reportagem do vídeo. Acredito que essas diferenças se dão por cada uma ter seguido um modo de construção diferente, sendo o primeiro uma produção da Interfax e o segundo baseado mais no caráter opinativo dos jornalistas.

A matéria foi publicada no início de março de 2013, após Obama investir mais de 1 bilhão de dólares nos programas interceptores de mísseis balísticos na Coreia do Sul. No final daquele mês os EUA enviaram bombardeios estratégicos próximo à Coreia do Norte lançando bombas falsas que serviram de chantagem ao país, em alusão à operação Hudson Harbor promovida pelos norte-americanos durante a Guerra da Coreia, em que bombas falsas eram jogadas alternadas com bombas reais (CUMINGS, 2015, p.73).

Torna-se mais revelador que, independente da imagem provocadora que a Coréia do Norte é atribuída, os americanos sempre estão dispostos a uma abordagem nitidamente

⁹ G1. **Rússia diz concordar com EUA sobre Coreia do Norte e espera ‘calma’**. Disponível em < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/russia-diz-concordar-com-eua-sobre-coreia-do-norte-e-espera-calma.html>>



agressiva, apelando até mesmo para referências práticas de acontecimentos traumáticos para os norte-coreanos como a Guerra da Coreia, na qual que morreram aproximadamente 3 milhões de pessoas (SENHORAS; FERREIRA 2013, p.134), com a devastação completa de cidades com os bombardeios aéreos.

Já a Rússia seguia como propósito crucial de sua política na península coreana de preservar a paz (por relações mais aproximais com a Coreia do Norte e países vizinhos), pois esta seria um componente primordial para que desempenhasse sua influência por todo Leste Asiático, criando para si o papel de mediadora de conflitos, conseguindo lugar no “multipolarismo” das potências globais, sendo essa luta uma das principais pautas defendidas por Lavrov, que criticava a resistência americana a um cenário internacional monopolar e o governo russo defendia inclusive que a Coreia do Norte deveria ter pelo menos um poderio nuclear pequeno como elemento de dissuasão com os Estados Unidos (BLANK, p.38 e 54-55, 2018).

Alexander Vorontsov (2013) chama a atenção para o desejo da Rússia em querer a unificação da Coreia por acreditar ser uma opção viável dentro de um cenário de pacificação com a reconciliação e reaproximação do Norte e Sul, tendo Moscou a perspectiva que o regime norte-coreano pode se mover para o desenvolvimento de uma economia de mercado, o que promoveria uma transformação pacífica na península (p.259-260).

Conquanto, Vizentini; Pereira (2014) expõem que os norte-coreanos irão para um caminho mais seguro que evite o suicídio político-físico do regime, pois é improvável que a transição como a da Rússia para um sistema capitalista aconteça no país caso sucumbe. Caso ocorresse, os sul-coreanos dominariam a economia, não existindo uma “fênix norte-coreana” renascendo das cinzas no capitalismo. Há de exemplo a própria unificação alemã após a queda do muro de Berlim (p.187).

A ideia de um sistema com potencialidade de transição é presente no histórico da Interfax, agência privada com enorme relevância no mercado-informacional internacional, que concentra suas notícias na Rússia, China, Europa e CIS e age como condutor das transformações econômico-políticas desde a era Gorbachev. Ela influencia a opinião pública e clientes a respeito das mutações de governos com economias planejadas para uma de mercado. Dessa forma, estrutura-se uma rede de apoio a Estados capitalistas modernos como a própria Rússia



pós sua desconexão com o bloco soviético (BOYD-BARRET, 2012, p. 48, *apud* BOYD-BARRET, 2009).

“Brasil vê ameaças da Coreia do Norte com ‘preocupação’, diz Patriota”¹⁰ é a única notícia assinada por uma jornalista, Nathalia Passarinho. Em sua matéria, é informado sobre um comunicado que a embaixada do Brasil em Pyongyang recebeu da Coreia do Norte em abril de 2013 para que o houvesse a retirada dos funcionários do país por conta do aumento da tensão militar entre a RPDC e os EUA. É citado a fala do ministro de Relações Exteriores, Antônio Patriota, sobre sua preocupação com as ameaças norte-coreanas e se permitirá a presença de Roberto Colin como representante diplomático em Pyongyang.

Historicamente, as relações entre o Brasil e a península coreana seguem dinâmicas variadas conforme as singularidades no tempo e espaço. No início da Guerra da Coreia, os Estados Unidos exerceram coação sobre o Brasil – na época governado por Eurico Gaspar Dutra - para o envio de soldados para lutarem contra os norte-coreanos. Dutra manteve o Brasil coligado aos interesses estadunidenses, desaproximando qualquer tendência socialista no país, rompendo, anteriormente, em 1947, relações diplomáticas com a URSS. (COSTA, 2017, p.3-4)

Militantes comunistas desempenharam campanhas contra o envio de soldados brasileiros para a Coreia, intrinsecamente preocupados com uma possível eclosão de mais uma guerra mundial e também não queriam de forma alguma, uma aliança brasileira com os Estados Unidos.

[...] os comunistas brasileiros patrocinaram Campanha Contra o Envio de Soldados Brasileiros para a Coreia”. Essa campanha era constituída de passeatas, enterros simbólicos, coleta de assinaturas, comícios relâmpagos, distribuição de panfletos, palestras sobre os efeitos das armas atômicas, organização de manifestações populares etc, objetivando pressionar a opinião pública brasileira e, sobretudo, o governo para que o Brasil não enviasse nenhum membro das forças armadas para participar do conflito coreano (RIBEIRO, 2010, p.211-212)

Durante todo o período do conflito coreano os comunistas – principalmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), reverberam essa campanha paralelo a outras sobre o fim das

¹⁰ G1. **Brasil vê ameaças da Coreia do Norte com 'preocupação', diz Patriota**. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/brasil-ve-ameacas-da-coreia-do-norte-com-preocupacao-diz-patriota.html>>



armas atômicas e o desejo de paz internacional. Com a volta de Getúlio Vargas ao poder, este teve que lidar com as pressões externas de adesão à guerra, além das pressões internas dos turbilhões comunistas que tinham opinião retroalimentada pela maioria do Alto Comando do Exército, também contrários à inserção no conflito, havendo no campo contraditório a ala liberal que apoiava a entrada na guerra pela luta anticomunista.

O envio do general Goes Monteiro para Washington foi de extrema importância para que as tropas brasileiras não fossem direcionada a solos coreanos, marchando a favor do tio Sam. Com instruções dadas por Vargas, Monteiro não deixou aberto a possibilidade de o Brasil ingressar no conflito, sendo adicionado uma ressalva que seria mais proveitoso para ambos o envio de matérias primas, equilibrando as relações com os EUA a fim de evitar qualquer penalização ou embargos. (COSTA, p. 12-13)

A relutância do governo getulista se pauta na defesa da autonomia política brasileira, preferindo adotar estratégias diplomáticas que pudessem resultar em algum ganho financeiro ao país. Bem no início dos anos 50, a revista do Clube Militar já proferia críticas quanto a atuação estadunidense na Coreia, denunciando as inúmeras violações a civis, alertando que a intervenção americana talvez não só poderia apresentar perigo para Estados socialistas, mas também ao próprio Brasil (SVARTMAN, 2014, p.179).

Segundo o Itamaraty¹¹, as relações diplomáticas entre o Brasil e a RPDC iniciaram em 2001, sendo instalado a embaixada norte-coreana em Brasília no ano de 2005 e a embaixada brasileira em Pyongyang em 2009. René Dellagnezze (2013) afirma que nas últimas décadas o Brasil trabalhou para uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no qual o Brasil alega possuir uma constituição injusta, por não estar integrado ao grupo de países com assento permanente no Conselho, criticando a restrição de votos aos países hegemônicos como a Rússia, EUA, China, França, Reino Unido e Grã Bretanha. O Estado brasileiro realizou inúmeros acordos bilaterais com países de todos os continentes, apresentando uma proximidade diplomática isenta de uma afetação ideológica específica.

O artigo “Aspectos estratégicos das relações entre Brasil e Coreia do Norte”, de Eduardo Figueiredo Siebra (2017), foi elaborado com a colaboração do embaixador brasileiro Roberto

¹¹ ITAMARATY. **República Popular Democrática da Coreia**. Disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5046-republica-popular-democratica-da-coreia>>



Colin na RPDC, citado na notícia do G1, através de suas experiências na embaixada de Pyongyang, explorando qual seria a atuação diplomática do Brasil no país. Segundo ele, o Brasil não possui interesses securitários na Coreia, colocando-o como interlocutor favorável com a RPDC, que não teria razões para estranhar uma conduta coercitiva tão usualmente presente na política externa tradicional. Nossa importância se dá portanto, em romper com o isolamento imposto ao regime e confraternar o povo norte-coreano com o brasileiro, deslegitimando, dessa maneira, a imagem de um país extremamente recluso (p.225).

Assim sendo, o Brasil, idealmente, deve demonstrar propostas cooperativas através de encontros bilaterais com foco nas trocas técnicas, esportivas, culturais e até mesmo acadêmicas, edificando uma confiança não imbricada no aspecto de exigências políticas (*idem*, p.227), no sentido de impor percepções que possam descaracterizar a nuclearização norte-coreana, dado a importância que esse aspecto tem para a RPDC, sua sobrevivência e políticas de dissuasão, perspectiva diplomática essa que entra em contrariedade com as exposições feitas pelo ministro Antônio Patriota.

Toda essa conjuntura deve ser feita sempre em respeito às recomendações estabelecidas pela ONU, pois não é interessante uma visão internacional que o Brasil está de alguma forma buscando uma justificativa sobre o regime, algo que desencadearia conflitos diplomáticos com os EUA e assimilados.

Em uma entrevista concedida a DW Brasil¹², Roberto Colin explica que todos os anos os EUA e a Coreia do Sul promovem exercícios militares nas proximidades do regime norte-coreano e que a presença de 30 mil soldados americanos no território sul-coreano acaba despertando um temor de um possível ensaio de invasão. Retoricamente, os norte-coreanos usam dos testes como demonstração de força, o que na visão dele, implica num mal relacionamento recíproco.

Se é recíproco, não faz sentido a representação da Coreia do Norte na notícia como catalisadora da crise descrita, apesar de citar uma passagem do Reino Unido afirmando que isso faz parte de uma retórica norte-coreana para os EUA, não é adicionado com profundidade uma contextualização mostrando as próprias ações ofensivas dos americanos no país, dando margem

¹² DW. “**Coreia do Norte não tem uma liderança suicida**”, afirma ex-embaixador brasileiro. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/coreia-do-norte-n%C3%A3o-tem-uma-lideran%C3%A7a-suicida-afirma-ex-embaixador-brasileiro/a-38776197>>



a uma interpretação que coloca o pedido coreano da retirada dos embaixadores uma roupagem infantilizada.

Ademais, a matéria ao dar uma explicação para a origem do conflito na península coreana é escrito que “a tensão na região aumentou nas últimas semanas com as crescentes ameaças militares da Coreia do Norte - um fechado regime comunista liderado pelo jovem ditador Kim Jong-un, considerado "imprevisível" por analistas -, dirigidas aos Estados Unidos e à Coreia do Sul.” (G1, 2013).

Aqui há mais um reforço de um discurso de colocar os norte-coreanos como agentes do caos, não sendo levado em consideração, novamente, a forte presença militar estadunidense na península. A categorização de “fechado regime comunista” é feita sem ponderar o histórico da RPDC e os motivos de sua reclusão no cenário internacional discutidos ao longo do artigo, mas o que chama mais a atenção é a adjetivação “imprevisível” colocado sobre Kim Jong-un.

Na mesma entrevista Colin aponta que a liderança da Coreia do Norte é muito racional, sem a personificação de um “suicida” no poder. O governo de Pyongyang sobreviveu por décadas implementando políticas consistentes mantendo a segurança do regime e presumivelmente Kim Joun-un compreende que disparar um míssil nuclear contra uma potência ocidental resultaria numa imediata retaliação (ROY, 2017, p.2 e 7)

Melchionna (2013) menciona que a política externa norte-coreana não é um mero jogo reativo, pois há uma lógica evidente, estando historicamente se apropriando dos interesses nacionais chineses para alçar seus anseios de independência e sobrevivência (p.171). O objetivo principal da RPDC, desde sua fundação, é o alcance pela autonomia nacional em comparação aos Estados hegemônicos com grande influência na sua região, como os Estados Unidos e a Coreia do Sul.

Estrategicamente a Coreia do Norte criou uma “aliança invertida” com os Estados Unidos, havendo a instrumentalização da RPDC por este a fim de marcar sua presença no nordeste asiático, evitando uma influência total chinesa na península coreana, e por parte dos norte-coreanos há a instrumentalização da atenção americana a seus artefatos nucleares, o que possibilita um significativo aumento de sua independência política ao passo que recebe ajuda econômica da China (*idem*, p.172), que a faz com o propósito de manter as instituições do Norte funcionando para não acontecer a plena capitalização estadunidense na região.



A notícia “Japão instala sistema antimíssil frente a ameaça da Coreia do Norte”¹³ conta com uma parte textual com informações vindas das agências EFE, Reuters e Kyodo e com um vídeo-reportagem que tem como assinatura a editoria do portal G1. É indicado sobre a instalação de interceptores de mísseis em um possível ataque norte-coreano, com a apresentação de narrativa similar às descritas em outras notícias, com a redução das questões diplomáticas e históricas a um vício maniqueísta, com a Coreia do Norte demonizada e o país alinhado ocidentalmente, no caso agora o Japão, como vítima.

A reportagem segue o mesmo caráter aterrador. De novo o jornalista Roberto Kovalick tece que os testes feitos anteriormente pela RPDC haviam sido avisados por ela, mas que agora “não se sabe as intenções da ditadura comunista”. Não há nenhum aprofundamento no conteúdo tanto do vídeo quanto da parte escrita e há falta de explicações sobre o motivo da tensão diplomática entre a Coreia do Norte e o Japão.

Além disso, há denúncias que a “Coreia do Norte, reagindo às sanções da ONU e aos exercícios militares conjuntos americanos e sul-coreanos, fizera uma série de ameaças de guerra nuclear nas últimas semanas”. No entanto, não é mostrado fonte oficial que possa indicar uma ameaça direta pelo RPDC, como algum portal estatal fazendo uma assertiva. Apenas foi feita uma projeção enviesada de que o fato de os norte-coreanos possuírem “mísseis de médio alcance em lançadores móveis em instalações subterrâneas na costa leste” (G1, 2013) já seria z uma intenção objetiva.

É verdade que a Coreia do Norte já realizou um teste de míssil que sobrevoou o continente japonês que caiu no Oceano Pacífico em 1998 (VAN, p. 5, 2014), algo que fez emergir um sentimento de hostilidade e desconfiança dos japoneses ao seu vizinho coreano. Contudo, não é apenas a nuclearização norte-coreana que repele as relações diplomáticas entre os países, existindo a “Questão dos Sequestros” como maior propulsor da cólera nacional japonesa.

A Questão dos Sequestros trata do caso de dezessete japoneses sequestrados pelo governo da RPDC nas décadas de 70 e 80, algo que só foi confirmado com as investidas diplomáticas do Primeiro-Ministro japonês Junichiro Koizumi em 2002, na iniciação dos

¹³ G1. **Japão instala sistema antimíssil frente a ameaça da Coreia do Norte**. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/japao-instala-sistema-antimissil-frente-ameaca-da-coreia-do-norte.html>>



primeiros diálogos com a Coreia do Norte. Essa inclinação objetivou uma reconciliação que abalou a comunidade internacional, pois nesse período a RPDC foi colocada como um dos países pertencentes ao Eixo do Mal na era Bush (BELINI, 2016, p.83). Koizumi buscou um diálogo aberto e compreensivo com Kim Jong-il, líder do regime no período, pedindo desculpas pelas ações cruéis dos japoneses na época colonial na península coreana. Procurou mostrar as vantagens da aproximação dos dois países (como a ajuda comercial, alimentícia e financeira), não catalogando a Coreia do Norte como “ditadura” ou de atitudes “autoritárias” para reforçar a confraternidade entre ambos, e Kim, por outro lado, confirmou os sequestros – algo negado pelo regime durante anos – e o pior, que dos dezessete, quinze morreram, tendo os 5 restante resguardados para o Japão posteriormente (STEINHOFF, 2004, p. 123)

Essa confirmação oficial desencadeou uma desaprovação radical da opinião pública japonesa sobre a Coreia do Norte, algo que foi alimentado demasiadamente pela cobertura midiática do Japão, que sempre batia na tecla da questão dos sequestros. Nacionalistas japoneses como Shinzo Abe, unido com a opinião midiática, pressionou o governo para elevar a questão do rapto japonês como prioridade da lista de segurança nacional do Japão (DIFILIPPO, 2013, p. 153).

Os pesquisadores Go Myong-Hyun e Bem Forney (2018) colocam que o rapto dos japoneses para a Coreia do Norte foi para atender aos interesses do regime, como o ensino da língua japonesa e práticas culturais a espiões norte-coreanos. Essa prática de sequestro já era feita aos sul-coreanos, raptados ao redor do globo, selecionando profissionais qualificados e acadêmicos (p.7).

O Japão, no entanto, utiliza da questão dos sequestros como forma de se distanciar das retratações de suas violações dos direitos humanos contra a Coreia, como a questão das mulheres de conforto, uma exploração sexual feminina de “forma sistemática e de longo prazo sob a égide do Governo Imperial japonês contra um grande número de súditos coloniais, principalmente de origem coreana e pertencentes a famílias pobres” (OKAMOTO, 2013, p. 106-107)

Linus Hagstroom e Ulv Hanssen (2014, p. 18 apud LYNN’S, 2006, p.497) mostram que os sequestros proporcionaram ao Japão uma alternativa de se acoplarem a uma imagem de vítima e de “ex-agressor”, que possibilitou o abandono de seu suposto pacifismo em direção



à normalização de uma política externa e de segurança que inviabilizou uma relação bilateral com a RDPC.

Essa quebra de diálogo apenas distanciou uma solução para os dilemas que assolam ambos os países, na qual tanto um quanto o outro devem arcar com as responsabilidades infracionais cometidas. Deduzo que a revelação dos sequestros por parte de Kim Jong-il só ocorreu mediante a alteridade exercida por Koizumi no contato com ele, sentindo-se confortável e seguro o suficiente para isso, talvez caso essa postura se mantivesse por parte das forças políticas japonesas, resistindo as divergências políticas internas, o desenrolar diplomático poderia ter tido mais chances de sucesso, porém na prática, infelizmente, forças tradicionais de direita e de caráter nacionalista desvirtuaram para um caminho totalmente oposto (rever pontuação).

Por fim, a notícia “Coreia do Norte diz que vai ‘devastar impiedosamente’ os EUA se Washington atacar”¹⁴, assinada pela agência Reuters, relata que o exército norte-coreano no dia 14/04/2017 se pronunciou sobre o grupo de porta-aviões americanos encaminhados a região que “devastará impiedosamente” os EUA (G1, 2017) caso um ataque se concretize, por fontes, segundo a matéria, vindas da agência estatal da Coreia do Norte, a KCNA. Essa informação é contextualizada com uma fala de Donald Trump, que “A Coreia do Norte é um problema, e um problema que será atendido” (G1, 2017).

Aqui há uma abordagem mais neutra, não sendo feito um posicionamento unilateral sobre a hostilização entre ambos os países, apresentando um texto mais factual no sentido de uma isenção de uma opinião política explícita. Ao longo de 2017, a RPDC e os EUA permaneceram presos a um abismo consensual, com testes nucleares dos norte-coreanos sendo respondidos com aplicações mais duras de sanções e pressões dos EUA (GRAHAM, p.4, 2018)

Em abril de 2017, o governo Trump adotou uma política chamada “responsabilidade estratégica” voltada a oferecer uma máxima pressão para o desmantelamento nuclear norte-coreano (KIM, 2017, p.58) deixando explícito a proposta de tornar irreversível o programa de mísseis balísticos. Essa política se configurou como um aperfeiçoamento das medidas durante a era Bush com abordagens mutilares através da ONU objetivando influenciar Estados

¹⁴ G1. **Coreia do Norte diz que vai ‘devastar impiedosamente’ os EUA se Washington atacar.** Disponível < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/coreia-do-norte-diz-que-vai-devastar-impiedosamente-os-eua-se-washington-atacar.ghtml>>



hegemônicos do Nordeste Asiático e Leste Europeu a instituir embargos de insumos a RPDC como o petróleo. O discurso de Donald Trump na 72ª Sessão da Assembleia Geral das Nações¹⁵ demonstra essa intenção

It is time for North Korea to realize that the denuclearization is its only acceptable future. The United Nations Security Council recently held two unanimous 15-0 votes adopting hard-hitting resolutions against North Korea, and I want to thank China and Russia for joining the vote to impose sanctions, along with all of the other members of the Security Council. Thank you to all involved. (WHITE HOUSE, 2017)

Contudo, Kim (2017) revela que as sanções de petróleo foram removidas, pois isso não angaria apoio da China e Rússia e que a execução geral das outras sanções dependeriam estritamente da vontade chinesa. Por conta disso, Trump em 21 de setembro do mesmo ano, impõe a maior ação contra o regime norte-coreano através de uma ordem executiva que ameaçava imputar sanções não só a Coreia do Norte, mas a qualquer país que fizesse comércio e oferecesse ajuda de nível energético, medicinal, transporte e financeiro ao país (idem, p.17).

A partir de 2018 com o primeiro encontro entre Kim Jong-un e Donald Trump, o imbróglio EUA-RPDC aparentou melhorar. De um lado a RPDC apresentando inclinações para uma futura desnuclearização, do outro os EUA em estabelecer relações vantajosas ao país, promovendo paz e estabilidade na península coreana (SIGAL, 2020, p. 166).

Poucos meses antes do encontro, em abril de 2018, Pyongyang suspendeu teste de lançamentos de mísseis de médio e longo alcance (GRAHAM, p.12, 2018), acontecimento que provavelmente impulsionou o contato físico entre ambos, maximizando algum grau diplomático.

Saraiva; Amaral (2019) pontificam que um acordo dos EUA e a RPDC nesse contexto se classificaria como *tertius gaudens* em uma tática de enfrentamento dos norte-americanos à China, principalmente após a retirada do acordo Plano de Ação Conjunto com o Irã. Ação que se refletiria a longo prazo no aumento de sanções petrolíferas no Oriente Médio e no significativo aumento de sua influência em toda região da Ásia (p. 16-17).

¹⁵ WHITE HOUSE. **Remarks by President Trump to the 72nd Session of the United Nations General Assembly.** Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-72nd-session-united-nations-general-assembly/>>



Isso demonstra uma mudança de política externa com os EUA na busca pela simpatia da RPDC de forma a utiliza-la para atingir maior zona de influência em uma região que ascendentemente é controlada pela China, após anos de uma guerra comercial intensa, visto que em abril de 2018 as retaliações feitas pelos chineses através de altas tarifas, explicitamente superiores, contra a taxa de 25% das importações de seus produtos pelos EUA, trouxe o cerne que contemporaneamente qualquer restrição estadunidense é de pouca expressividade. Além de que, futuramente, a China deve reestruturar o paradigma do mercado global liberal para um novo com características chinesas (KROEBER, p.9, 2018?)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa foi verificado que no período que precede a era digital, a linha editorial de O Globo seguiu uma tendência mais conservadora e liberal, canalizando suas produções na defesa dos interesses de uma elite econômica, ao passo que buscava atrair o apoio das massas populares afirmando-se como defensora de suas causas, mesmo sem, contraditoriamente, incentivar os movimentos de caráter popular, além de que sua rotulação como jornal “imparcial” reforçava ainda mais essa incoerência.

Na era digital e com a formação do portal G1 houve continuidade dessa tendência, havendo nos seus princípios editoriais a preocupação com o fazer neutro e as mesmas contradições reaparecem, como visto por Silva (2015 apud Carvalho 2010, 2013) que o jornal continuou perpetuando a tradição de depositar pela perspectiva empresarial-política o meio à qual vão construir a opinião pública.

Nas matérias selecionadas para análise, a maioria foi assinada por grandes agências internacionais de notícias e exploramos brevemente seu *modus operandi* de produção de notícias com propósito mercadológico. Foi discutido as consequências de tal vínculo, já que essas notícias não são revisadas e podem carregar elementos etnocentristas atinentes à agência que a produziu e se atentando que a agência France-Presse, por exemplo, têm escritórios na Coreia do Norte, podemos refletir que a representação do país chega até nós com um viés específico, principalmente ao constatar que a AFP é uma agência estatal. (rever pontuação)



As notícias geralmente retratavam a Coreia do Norte de modo factual, no sentido de não haver muita profundidade nas questões diplomáticas em que estava envolvida, sendo diretamente depositado uma imagem negativa sobre a mesma, passando a sensação que é a responsável pelo desequilíbrio da segurança internacional por ser um país nuclearizado e que historicamente se negou a se desfazer de seus artefatos.

Não é questionado, no entanto, o fato que os países que rivalizam ou de certa forma fazem parte do conflito são potências nucleares, e em momento algum há menções na mesma intensidade, o que demonstra que esses países também poderiam oferecer perigo ou que nunca apresentaram indícios de se desfazerem das suas armas nucleares.

Esse tratamento dicotômico, como visto, é denominado de Orientalismo Nuclear, uma projeção que não só afeta a Coreia do Norte, mas a qualquer país de terceiro mundo, principalmente aqueles localizados na Ásia e Oriente que sentem necessidade de iniciar um programa nuclear.

A RPDC, ao testemunhar as imposições do imperialismo japonês, a ocupação norte-americana e depois uma extensão desse conflito ideológico após o fim da guerra fria, desenvolveu um sentimento significativo de unidade, de freio às coerções externas e preservação de sua autonomia, elementos esses estruturados ideologicamente pela doutrina Juche, formulada no período das primeiras guerrilhas antinipônicas. Um corpo de ideias surgido não simplesmente da necessidade, mas também fruto da historicidade milenar a qual a península coreana está inserida.

Acredito ter atingido os objetivos de analisar a tradição da linha editorial da Globo, o funcionamento das agências noticiosas e as representações da questão nuclear norte-coreana nele contidas. O portal G1, em hipótese, escolheu as notícias dessas agências para atender a demanda informacional de seu jornal, principalmente em função das notícias estudadas estarem presentes na categoria “mundo”, *locus* das *hardnews*, na qual são depositadas as notícias de nível internacional ou mais polêmicas, sendo em sua maioria factuais devido a proposta de fornecer algo mais “mastigado” e de fácil compreensão.

No entanto, a linha editorial opta em selecionar as notícias que mais convergem às suas inclinações políticas ao longo dos anos, tanto que há notícias/matérias que não são assinadas diretamente por uma agência, e sim pela editoria, mas ao mesmo tempo logo no início dos textos



é revelado que muitas informações foram extraídas de alguma agência específica, o que pode indicar que o conteúdo expressa a visão da editora.

Ao todo, a experiência coreana e as variadas turbulências diplomáticas as quais está envolvida só se amenizarão em grau significativo quando os países hegemônicos, principalmente os signatários do TNP, reconhecerem o país como uma potência nuclear assim como eles, podendo ser equivalentemente estabelecido acordos assertivos e coerentes para todos os lados.

REFERÊNCIAS

AFP. **AFP opens North Korea bureau**. Disponível em < <https://www.afp.com/en/afp-news/afp-opens-north-korea-bureau>>

AGNEZ, Luciane Fassarerlla. O jornalismo internacional entre mudanças e permanências. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [s. l.], v. 12, ed. 2, 2015.

AGUIAR, Pedro. Marx explica a Reuters: anotações para leituras da economia política sobre agências de notícias. **ULEPICC**, Madrid, 2009.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Aedos**, [s. l.], v. 3, n. 8, 2011.

ALVES, Marcelli. O “Ciclo do Jornalismo Integrado” e os comentários das “Mais Lidas”¹ do G1. **XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste**, [s. l.], 2014.

ARÊAS, João Braga. **Batalhas de O Globo (1989-2002): o neoliberalismo em questão**. Orientador: César Honorato. 2012. Tese (Doutor em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

BASSO, Flávia Marize Vigneski. **Coreia do Norte e Estados Unidos: perspectivas sobre uma guerra nuclear**. Orientador: Paulo Fagundes Visentini. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

BELINI, Lais Santos. A relevância da "questão dos sequestros" nas relações bilaterais entre Japão e Coreia do Norte. **Revista Defesa e Segurança**, [s. l.], v. 2, 2016.

BOQUIEN, Henri. **Human rights in North Korea: Between fantasy and reality**. Orientador: Mr. Michiel Foulon. 2018. Tese (Master of Arts in International Studies) - Universiteit Leiden, [s. l.], 2018.

BOYD-BARRETT, As agências nacionais de notícias na turbulenta era da internet. **Comunicação & Sociedade**, n. 57, p. 7-56, 2012.



BRITTO, Marcelo Almeida de. Como funciona o estado de bem-estar confucionista nos principais países da Ásia Oriental? Uma sugestão de interpretação. **Boletim de Economia e Política Internacional**, [s. l.], ed. 26, 2020.

CARNEIRO, José Reinaldo Antunes. O uso do jornal como fonte de pesquisa histórica: um estudo do jornal "O Tibagi". **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor pde**, Paraná, v. 1, 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uepg_hist_artigo_jose_reinaldo_antunes_carneiro.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

Castro, Isabelle Christine Somma de. **Orientalismo na Imprensa Brasileira: A representação de árabes e muçulmanos nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo**. Orientador: Prof. Dr. Mamede Mustafa Jarouche. 2007. Dissertação (Mestre em Língua, Literatura e Cultura Árabe) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COSTA, Celiane Ferreira da. O posicionamento do Brasil na guerra da Coreia (1950-1953). In: Simpósio de História Nacional, 29., 2017, Brasília. **Anais [...]**. [S. l.]: UnB, 2017.

COSTA, Siliana Dalla. A presença das agências internacionais hegemônicas no Jornalismo Online brasileiro. **Intercom**, [s. l.], 2018.

CUMINGS, Bruce. Getting North Korea wrong. **Bulletin of the Atomic Scientists**, [s. l.], v. 71, ed. 4, p. 64-76, 2015.

DELLAGNEZZE, René. A Coreia do Norte e suas relações internacionais no mundo globalizado. **Âmbito Jurídico**, 2013.

DIFILIPPO, Anthony. Still at odds: the japanese abduction issue and north korea's circumvention. **UNISCI Discussion Papers**, Madrid, ed. 32, p. 137-170, 2013.

DW. "Coreia do Norte não tem uma liderança suicida", afirma ex-embaixador brasileiro. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/coreia-do-norte-n%C3%A3o-tem-uma-lideran%C3%A7a-suicida-afirma-ex-embaixador-brasileiro/a-38776197>>

FONSECA, Francisco. O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, v. 9, ed. 2, p. 73-92, 2003.

FONSECA, Leandro Dalalibera. TNP e o Regime Internacional de Não-Proliferação: Desafios Contemporâneos. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 8-12, 2013.

FRANK, Ruediger. **The Kaesong Closure: Punishment or Shot in the Foot?**, 2016. Disponível em: < <https://www.38north.org/2016/02/rfrank021216/>>



FROELICH, Ivani Vassoler. A Política Externa Americana e seus críticos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 48, ed. 2, 2005.

GALAMAS, Francisco. O fator nuclear e as dinâmicas nucleares do século XXI. **Proelium**, [s. l.], v. 10, p. 89-106, 2016.

GELMAN, Harry; LEVIN, Norman D. **The Future of Soviet: North Korean Relations**. Washigton: Rand, 1984. 53 p.

GERK, Cristine; BARBOSA, Marialva. Jornalismo, Memória e Testemunho: Uma análise do tempo presente. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 01, pp. 150-167, abr. 2018/ jul. 2018.

GOMES, R. M. M. O Imperialismo do Século XIX no Ensino Médio: a Índia sob olhar orientalista e eurocêntrico. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, 2011. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300203757_ARQUIVO_OImperialismodoseculoXIXnoEnsinoMedio.pdf.

GRAHAM, Euan. Trump, Kim and the North Korean nuclear missile melodrama. **Lowy Institute**, [s. l.], 2018.

GRANDE, Cristiane Garcia. **A produção da informação em sites de notícias: um olhar sobre o G1 e a Folha de S. Paulo**. Orientador: Florentina das Neves Souza. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, [S. l.], 2015.

GROSSI, D. **A Revolução Coreana entre a questão nacional e o marxismo: O Zuche e a construção de um projeto patriótico na Coreia socialista**. **Boletim Historiar**, v. 12, p. 03-19, 2015.

GUEDES, Olga. **Mídia e Poder no Tempo e Espaço da Contemporaneidade**. Disponível em: < <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/43da2bc8723aace44383228b57a66cd2.pdf>>

GUIMARÃES, Cesar. A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 16, ed. 46, 2002.

HAGSTRÖM, Linus; HANSEN, Ulv. The North Korean abduction issue: emotions, securitisation and the reconstruction of Japanese identity from ‘aggressor’ to ‘victim’ and from ‘pacifist’ to ‘normal’. **The Pacific Review**, [s. l.], 21 out. 2014. II SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA, 2011, São Luís. **Imprensa e política: Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão [...]**. [S. l.: s. n.], 2011.



JEON, Sang-sook. The Characteristics of Japanese Colonial Rule in Korea. **The Journal of Northeast Asian History**, Ewha Womans University, v. 8, ed. 1, p. 39-74, 2011. KIM, Gunsik. **Clinton and Bush administration and Bush administrations' nuclear non-proliferation policies on North Korea: Challenges and implications of systemic and domestic constraints**. 2005. Dissertação (Doctor of Philosophy in Political Science) - West Virginia University, Morgantown, West Virginia, 2005.

KIM, Gwang-Oon. A construção do Estado norte-coreano. **Revista Opera**, 12 de outubro de 2019. Disponível em: < <https://revistaopera.com.br/2019/09/25/a-construcao-do-estado-norte-coreano-parte-1/>>

KIM, Hyun. Comparing North Korea Policies of The Obama and Trump Administrations. **Nanzan Review of American Studies**, [s. l.], v. 39, p. 45-69, 2017. KROEBER, Arthur. A Rivalidade Estratégica entre Estados Unidos e China. **CEBRI**, [s. l.], 2018.

KIM, Dong Choon. Forgotten war, forgotten massacres: The Korean War(1950-1953) as licensed mass killings. **Journal of Genocide Research**, [s. l.], v. 6, n. 4, 2004.

LEE, Grace. The Political Philosophy of Juche. **Stanford Journal of East Asian Affairs**, [s. l.], v. 3, ed. 1, 2014.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Escritas**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 3-17, 2015.

LEITE, Lucas Amaral Batista. GEORGE W. Bush e a construção do inimigo na guerra ao terror. **Frenteira**, [s. l.], v. 8, ed. 16, p. 27-59, 2009.

LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto; ZONARI, Mariana Luz. O tratado de não proliferação de armas nucleares e o desafio imposto pelo seu direito de retirada: um estudo do problemático caso norte-coreano. **Revista Brasileira de Direito Empresarial**, Minas Gerais, v. 1, ed. 2, 2015.

LOPES, Daniele Vieira; BONISEM, Fabiano Mazzini. O Jornalismo na Era Digital: Impactos Percebidos por Repórteres e Editores. **Intercom**, [s. l.], 2019.

MACEDO, Emiliano Unzer. **A Montanha e o Urso: Uma História da Coreia**. [S. l.: s. n.], 2018.

MARIN, Pedro Augusto. Hegemonia discursiva sobre a coreia do norte na imprensa brasileira. **XIII Jornada de Iniciação Científica e VII Mostra de Iniciação Tecnológica**, [s. l.], 2017.



MARTINEZ, David Morales; MARTINS, Cristian Pires Coelho. A consolidação da Coreia do Norte como potência nuclear através da liderança de Kim Jon Un. **Austral**, Santo André, v. 5, n. 5, p. 51-74, 2016.

MARTINEZ, David Morales; MARTINS, Cristian Pires Coelho. A consolidação da Coreia do Norte como potência nuclear através da liderança de kimJjong Un. **Austral**, [s. l.], v. 5, ed. 10, p. 51-74, 2016.

MELCHIONNA, Helena Hoppen. **A política externa da República Democrática Popular da Coreia e o papel estratégico da China (1945-2011)**. Orientador: Paulo Fagundes Visentini. 2014. Dissertação (Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MELLO, Adriene Ferreira de; CASTRO, Joane Marieli Pereira; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. Como aprender googlando: o Google Trends e suas possibilidades metodológicas para o letramento digital em pesquisa. **XV Encontro Virtual de Documentação em Software Livre**, [s. l.], 2018.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, Apr. 2016.

MENDES, Larissa de Moraes Ribeiro. Um pouco da história do relacionamento do Globo com seus leitores. **Encontro Nacional de História e Mídia**, [s. l.], 2011.

MONTEIRO, Nuno Peres. A unipolaridade americana. **Relações Internacionais**, [s. l.], p. 74-87, 2008.

MOREIRA, Tiago Emanuel. **As agências noticiosas como fonte no jornalismo online generalista: Os casos do Jornal de Notícias, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Diário Digital e Portugal Diário**. 2011. Dissertação (Mestre em Jornalismo) - Universidade Fernando Pessoa, [S. l.], 2011.

MYONG-HYUN, Go. Kidnapping as Foreign Policy: North Korea's History of State Sponsored Abductions. **The Asan Institute for Policy Studies**, [s. l.], 2018. NUNES, Emmanuela Cristine Leite. **A Multimídia no Jornalismo Digital: O caso das Plataformas Multimídias no Portal de Notícias do G1 Paraíba**. 2017. Dissertação (Mestre em Jornalismo) - Universidade Federal da Paraíba, [S. l.], 2017.

O "EIXO do mal" e a proliferação nuclear: estarão Teerã e Pyongyang errados?. **Meridiano 47**, [s. l.], v. 6, ed. 59, 2005.



OH, Binnarae. Negative Image Construction of North Korea: Nuclear Orientalism in the U.S. Newspapers. **EPIK Young Leaders Conference**, [s. l.], 15 ago. 2010.

OKAMOTO, Julia Yuri. As "mulheres de conforto" da guerra do pacífico. **RICRI**, [s. l.], v. 1, ed. 1, p. 91-108, 2013.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. Os coreanos na história segundo Bruce Cumings. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 40, ed. 1, 1997.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. O Processo de Reconciliação Coreana e a Questão Nuclear. **S/N**, [s. l.]. Disponível em <https://www.pucsp.br/geap/coordenador/processoreconciliacaocoreana.PDF>

Pioneirismo empresarial no Brasil e a construção do século XXI. Congregação da FEA/USP – São Paulo. **A trajetória de sucesso de Roberto Mmarinho** [...]. [S. l.: s. n.], 2007.

POLLACK, Jonathan D. The United States, North Korea, and the End of the Agreed Framework. **Naval War College Review**, [s. l.], 40 p., 2003.

POLLACK, Jonathan D. North Korea's Nuclear and Missile Programs: Strategies, Directions, and Prospects. **Center for East Asia Policy Studies**, 2018.

RASÊRA, Marcella. Jornalismo Digital: do boom aos dias atuais. Uma reflexão sobre a necessidade da convergência de meios decorrente da mudança de hábitos de consumo da notícia. **Ícone**, [s. l.], v. 12, n. 1, 2010.

RIBEIRO, Jayme. O PCB E A GUERRA DA CORÉIA: MEMÓRIA, HISTÓRIA E IMAGINÁRIO SOCIAL. **História e Perspectivas**, Uberlândia, p. 207-231, 2010.

ROCHA, Liana Vidigal. A utilização de elementos multimídia no jornalismo online: a cobertura do G1 sobre o Tsunami no Japão. **Encontro Nacional de História e Mídia**, [s. l.], v. 8, 2011.

ROMANCINI, Richard. A compreensão da audiência da Rede Globo. **Ciências da Comunicação no Brasil**, [s. l.], v. 3, 2015.

RPDC. Constituição Socialista da República Popular Democrática da Coreia. **CEPS**, 2020.

ROY, Denny. Misunderstanding North Korea. **Asian Pacific Issues**, [s. l.], ed. 133, 2017.



SARAIVA, Renato; AMARAL, Ticiana. O equilíbrio de poder no leste asiático e a reaproximação entre as coreias: a mais recente fase de cooperação (2017-2018). **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 10, ed. 50, p. 5-25, 2019. SENHORA, Elói Martins; FERREIRA, Rita de Cássia de Oliveira. A Guerra da Coreia vista após sessenta anos de Armistício (1953-2013). **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 2, ed. 3, p. 133-139, 2013. SIEBRA, Eduardo Figueiredo. ASPECTOS ESTRATÉGICOS DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E COREIA DO NORTE. **Relações Internacionais: Os desafios e oportunidades na Relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas**, Brasília, 2017. SIGAL, Leon V. Paved with Good Intentions: Trump's Nuclear Diplomacy with North Korea. **Journal for Peace and Nuclear Disarmament**, [s. l.], v. 3, ed. 1, p. 163-182, 2020.

SILVA, Roberto Bitencourt da. O ativismo político no portal de notícias G1: um discurso criminalizante. **Verso e Reverso**, [s. l.], v. 70, p. 14-23, 2015.

SMITH, Hazel. Crimes against humanity?: Unpacking the North Korean Human Rights Debate. **Critical Asian Studies**, [s. l.], v. 46, ed. 1, p. 127-143, 19 fev. 2014.

SOARES, José de Ribamar Barreiros. Estabilidade hegemônica no âmbito da integração comunitária internacional. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 39, n. 156, 2002.

STEINHOFF, Patricia G. Kidnapped Japanese in North Korea: The New Left Connection. **Journal of Japanese Studies**, [s. l.], v. 30, ed. 1, 2004.

SUNG, Kill IL. **Derrubemos o Imperialismo**. [S. l.]: CEPS, 2012.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Negociando a dependência: relações militares brasil-estados unidos no início da guerra fria. **OPIS**, [s. l.], v. 14, n. Especial, p. 160-184, 2014.

SWAINE, Michael D. Chinese Views on South Korea's Deployment of THAAD. **China Leadership Monitor**, [s. l.], n. 52, 2017.

TEIXEIRA, Démia Baracho. **A influência dos EUA sobre a adesão brasileira ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP)**. 2007. Dissertação (Mestre em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

VALENTINI, André Alexandre. Os levantes armados de 1935 na visão do O Globo, como prática de uma campanha anticomunista. **III Simpósio Lutas Sociais na América Latina**, [s. l.], 2008.

VAN, Shanelle. **Ballistic Missile Defense in Japan: Process-Tracing a Historical Trajectory**. 2014. Tese (Undergraduate Honors Thesis) - Duke University, [S. l.], 2014. VISENTINI, Paulo F.; PEREIRA, Analúcia D.; MELCHIONNA, Helena H. **A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo Zuche**. São Paulo: Unesp, 2015. VIZENTINI, Paulo Fagundes e PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A discreta transição da Coreia do Norte: diplomacia de**



risco e modernização sem reforma. *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2014, vol.57, n.2 [citado 2020-07-02], pp.176-195. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000200176&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1983-3121

VORONTSOV, Alexander. The Russian Perspective on Korean Unification. **Russian Academy of Sciences**, [s. l.], 2013.

WILBORN, Thomas L. **Strategic implications of the U.S-DPRK Framework Agreement**, 1995.